

O Estado hegemônico, herança do patrimonialismo português¹

*Francisco Ferraz**

A supremacia estatal, tão peculiar à sociedade brasileira, descende diretamente do modelo patrimonialista introduzido por nossos colonizadores

O Brasil surge para o mundo do século XVI como uma conquista do patrimonialismo português, analogamente ao que ocorre com a América espanhola, produto do patrimonialismo espanhol, marcadamente militarizado em função da natureza guerreira daquela nação e da existência de civilizações avançadas no novo território. Já os EUA surgem no início do século XVII como um projeto da sociedade organizada e, secundariamente, do Estado. O modelo de colonização norte-americano é baseado na livre iniciativa de grupos sociais independentes e até mesmo em oposição ao Estado. Portanto, já nos séculos XVI e XVII, duas civilizações se distinguem nitidamente no continente americano. A ibérica como um projeto e obra do Estado centralizado, implantado na potência colonizadora, e a inglesa como uma obra da sociedade, ainda que com alguns enclaves reais.

Herança inata

As “marcas de nascença” das duas civilizações vão se perenizar. Elas originaram arranjos institucionais diferenciados e, sobretudo, estatuíram a diferente relação, peculiar a cada

uma delas, entre Estado e sociedade, ambos fatores decisivos a presidir a ulterior evolução social. O arranjo institucional inicial predetermina, em grande medida, a evolução posterior da sociedade. Ao estruturá-la, dispondo sobre as relações entre os grupos sociais, fixando os limites de liberdade e iniciativa dos seus membros, determinando as hierarquias e compondo a sua peculiar tessitura normativa, alguns caminhos são abertos e rumos são incentivados, enquanto outros são bloqueados.

É por essa razão que o arranjo institucional inicial – paradigma no qual a sociedade é constituída – predetermina, em grande medida, a evolução posterior. É por isso que ele tende a se perenizar e é por essa mesma razão que as diferenças entre as duas formas de colonização perduram e se aprofundam ao longo da história. Tal fenômeno reproduz-se em todos os setores da vida social no Novo Mundo. Embora descoberto e colonizado um século mais tarde que o Brasil, as colônias inglesas na América conquistam a independência política no século XVIII, enquanto que as ibéricas somente a alcançam no século seguinte; iniciam a atividade industrial já no século XVIII, en-

¹ Transcrito de Política para Políticos – www.politicaparapoliticos.com.br

* O autor é Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e editor responsável do site Política para Políticos.

quanto o Brasil somente no fim do século XIX; possuem instituições de ensino superior já no século XVII, enquanto que o Brasil apenas no final do século XIX.

Essa sumária comparação, feita a título de exemplo, tem por objetivo apenas destacar que, no mesmo continente e na mesma época histórica, duas civilizações tomam rumos diversos e diferenciados, na conformação de sua estrutura social. A ibérica, como obra do patrimonialismo, dará origem ao que chamamos de “paradigma do Estado hegemônico” e a inglesa como obra da sociedade, suas associações e grupos, que tem na compulsão pela independência do Estado sua marca distintiva. O Brasil enquadra-se no modelo de colonização ibérica, cuja matriz estrutural é Estado patrimonialista português.

Patrimonialismo e feudalismo

A vida política da Europa medieval pode ser descrita, como sugeriu Max Weber, pelos conceitos de *patrimonialismo* e *feudalismo*. No *patrimonialismo*, os poderes locais – da nobreza – e associativos estão subordinados ao poder do monarca e de sua burocracia. O rei detém o poder absoluto, confundindo-se a administração dos bens e propriedades monárquicas com a administração do reino. Nesse sistema, o rei constitui uma estrutura burocrática civil e militar subordinada e mantida por ele, mediante a qual penetra a sociedade, fazendo sentir o seu poder em todos os quadrantes do reino. Auxiliado por seus “funcionários”, baixa e arrecada tributos, dita as leis e normas que vão regular as atividades econômicas e sociais, exerce a censura sobre a manifestação do pensamento, concentra o poder de nomear, sem qualquer órgão ou instituição que limite o seu poder, salvo a Igreja, em matérias espirituais. No

plano econômico, a marca distintiva do patrimonialismo é a subordinação da lógica econômica a objetivos e interesses não-econômicos, sejam eles políticos ou de lazer e ostentação. O excedente econômico não se destina ao reinvestimento para obter maior produção e lucro, mas sim a gastos não-econômicos, como a construção de palácios, monumentos, catedrais, gastos militares, gastos com a corte, com a burocracia e com o financiamento dos caprichos do monarca.

O *feudalismo* é um sistema baseado em obrigações recíprocas e complementares. O rei é um dos nobres do reino – e não necessariamente o mais rico e poderoso. A unidade social básica que cimenta a sociedade é de *natureza contratual*, o vínculo criado pelo laço de vassalagem que se reproduz por todos os níveis sociais, incluindo o monarca. Há, pois, o reconhecimento da legitimidade da existência de poderes locais e associativos independentes do rei, com seus direitos, privilégios e imunidades, diante uns dos outros e em face de um monarca que não dispunha de poderes suficientes para subordiná-los. No plano econômico, o *feudalismo* implicava respeito ao espaço próprio da atividade econômica – liberada para funcionar de acordo com sua própria lógica – e a limitação ao poder do Estado para intervir nesta esfera, restrito pelo que a tradição legítima, pelas imunidades, direitos, privilégios e pelo que foi pactuado com os representantes da sociedade.

Corolários econômicos do modelo *patrimonialista* são a negação da liberdade econômica; a profunda, generalizada e constante intervenção do Estado por meio de instrumentos regulamentares minuciosos, pela captação de créditos raramente honrados e por um voraz fiscalismo, que suga os recursos resultantes da produção para financiar despesas não-eco-

nômicas. Corolários políticos do modelo são a centralização da administração, a tentacular burocracia real, o absolutismo e a negação dos direitos de cidadania.

Não é coincidência que o Brasil e a América espanhola foram produto do patrimonialismo ibérico, enquanto os EUA resultaram de uma ação da sociedade inglesa – e não do Estado inglês – na qual o patrimonialismo nunca prosperou (salvo as frustradas tentativas de implantar o absolutismo, que procederam sempre no reforço e afirmação do Parlamento e na redução dos poderes reais). Nessa breve e

sumária comparação já se pode identificar com segurança a matriz patrimonial da sociedade brasileira, descortinar a profundidade de seu enraizamento na estrutura social, bem como sua excepcional capacidade de permanência. De 1500 aos nossos dias, a história do Brasil foi predominantemente a história do Estado brasileiro, pontuada por interlúdios breves, precários e instáveis de manifestação e afirmação da sociedade civil. Entre nós, a precedência do Estado sobre a sociedade não foi apenas cronológica. Ela significou hegemonia e expressou-se na tutela do Estado sobre as forças sociais. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Revolução dos Bichos

George Orwell

Sagaz e bem humorada visão do populismo pela narrativa da estória dos animais de uma fazenda que, revoltados com os maus-tratos dos humanos, sublevam-se contra o proprietário e o expulsam. A casta dos porcos toma posse da terra, estabelecendo nova ordem social, que logo se deteriora, a partir do acúmulo das mordomias, trapaças e propinas desta mesma casta.